



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 28/2009 -----

-----Aos três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, eram quinze horas e trinta minutos.-----

**ORDEM DO DIA**

**PONTO ÚNICO - APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2010/2013 E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2010** -----

**D.A.G.F./DOC.1 e 2**

----- Foram presentes pelo Presidente da Câmara as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes, para o quadriénio 2010/2013 e Orçamento para o ano 2010, tendo iniciado a sua intervenção pedindo desculpa aos vereadores pelas falhas ocorridas aquando da entrega dos documentos para a presente reunião, justificando-se com os prazos fixados por lei para elaboração dos mesmos. Esclareceu ainda que, apesar da lei prever que a *“aprovação dos referidos documentos para o ano imediato ao da realização de eleições gerais, tenha lugar em sessão ordinária ou extraordinária do órgão deliberativo que resultar do acto eleitoral, até ao final do mês de Abril do referido ano”*, foi entendimento do executivo em permanência que tal não iria acontecer, tendo decidido pela sua elaboração mesmo que usufruindo de um curto espaço de tempo para o efeito. Prosseguiu dando conta de algumas alterações que entretanto foram efectuadas aos documentos cujas cópias já se encontravam na posse dos senhores vereadores, e que tiveram a ver, nomeadamente, com a alteração de algumas rubricas incluídas nas Grandes Opções do Plano. De seguida fez uma apresentação sucinta dos projectos e actividades que vão assumir maior importância no próximo ano, referindo o seguinte:-----

-----“Tendo presente os documentos previsionais, podemos constatar que se trata de um Plano de compromisso uma vez que incluiu empreitadas que foram lançadas, pelo anterior executivo, e que já se encontram em execução, e com as quais o actual executivo tem que lidar, quer na parte política, quer na parte financeira, pelo que considero que este Orçamento é um documento de continuidade, mas também de lançamento de alguns projectos que congregaram o programa eleitoral apresentado pelo Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas.” Disse ainda que se trata de “um Plano e Orçamento condicionado por um conjunto de obras que à data da sua elaboração se encontravam



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

em curso, ou prestes a iniciar.” Mais referiu considerar que este Plano e Orçamento são um documento de coerência entre as empreitadas que já se encontravam em curso e aquelas que recentemente foram adjudicadas, implicando assim um volume financeiro muito elevado. Disse ainda que por essa razão há um assumir de compromissos e de algumas decisões relativamente a um conjunto de estradas cuja comparticipação financeira ainda não foi recebida pelo Município e outras que já se encontram adjudicadas, mas que não foram abrangidas por qualquer tipo de financiamento. Concluiu referindo que “este Plano, vale o que vale, e como é do conhecimento de todos, foi elaborado tendo por base o Plano e Orçamento do ano transacto, apresentando assim um aumento de 550.000 euros - 2%, tanto na receita como na despesa”. Referiu igualmente que “no que diz respeito às GOP’s verifica-se também um aumento substancial de mais 759.500 euros - 4%, aumento este que se verifica igualmente em relação ao FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro e Orçamento de Estado”. -----

-----Com conhecimento prévio da documentação enviada a todos os membros do Executivo e após os esclarecimentos prestados, o Presidente da Câmara solicitou aos Vereadores, que se pronunciassem sobre o assunto em análise. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves começou por referir que, à semelhança do que sempre disse “um Plano de Actividades é um documento de intenções”, sublinhando que “pena é que o meu ilustre colega Vereador José Francisco Rolo nunca tenha percebido aquilo que eu sempre disse ao longo dos tempos”. Prosseguiu salientando que “um Plano de Actividades é um documento de intenções políticas que são sustentadas numa base financeira, e numa base financeira que, por mais voltas que a gente dê, obriga necessariamente a que haja um inflacionamento da receita para que possam ser encaixadas algumas intenções de realizações, que havendo oportunidade de as desenvolver, se possam desenvolver porque na realidade temos aqui um Plano e um Orçamento de 26 milhões, quando na prática nós sabemos que a realização irá variar entre os 13 milhões e os 15 milhões, que a ser assim já seria muito bom. Pelo que, à partida, há aqui 10 milhões que se encontram a descoberto. Sendo assim, e sabendo nós que dos 15 milhões que teremos de receita efectiva, cerca de 10 milhões são para despesa corrente, ficamos com 5 milhões para investimento. Isto é tão claro e tão simples como isto. E portanto, não vale a pena andar aqui a “brincar” com os números ou com as obras.” Sublinhou ainda que “sempre o disse aqui aquando da apresentação dos Planos e dos Orçamentos. Poderia hoje trazer aqui a última declaração do Partido Socialista acerca da aprovação do Plano e Orçamento, e lê-la aqui, fazendo essa declaração como sendo minha. Podia tê-lo feito, mas naturalmente que não quis fazê-lo, e nem o vou fazer”. -----

-----Disse ainda que “um Plano e um Orçamento numa autarquia como a de Oliveira do Hospital, é sempre de continuidade, e eu ouvi o senhor Presidente falar sobre “compromissos assumidos”. Então eu pergunto ao senhor Presidente se concorda ou não que se executem as seguintes empreitadas **“Beneficiação da estrada Aldeia das Dez/ Vale Maceira”, “Beneficiação, Rectificação e Pavimentação da EM 507 e EM 507-1 – ER 230/ Limite do Concelho/ Pólo Industrial de Seixo da Beira”, “Rectificação e Pavimentação da EM 509 – Nogueira do Cravo/ Aldeia de Nogueira/ Oliveira do Hospital”**. Lembrou ainda que “estas obras são os únicos três compromissos assumidos pelo Município de Oliveira do Hospital, com comparticipação financeira garantida”. Salientou igualmente que “a única que não tem financiamento garantido é a empreitada de **“Beneficiação, Rectificação e Pavimentação da EM 507 e EM 507-1 – ER 230/ Limite do Concelho/ Pólo Industrial de Seixo da Beira”**. Referiu no entanto, que a mesma foi contemplada, tal como todas as outras mencionadas anteriormente, até ao montante de 50% no Empréstimo contraído pelo Município de Oliveira do Hospital e do qual ainda falta utilizar 2 milhões de euros. Lembrou igualmente que este valor se destinava à comparticipação de execução das empreitadas Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal, Beneficiação da estrada Aldeia



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

das Dez/ Vale Maceira, Beneficiação, Rectificação e Pavimentação da EM 507 e EM 507-1 – ER 230/ Limite do Concelho/ Pólo Industrial de Seixo da Beira e Rectificação e Pavimentação da EM 509 – Nogueira do Cravo/ Aldeia de Nogueira/ Oliveira do Hospital, as quais ainda não foram concluídas, entendendo assim de que, à partida, haverá financiamento garantido para execução das empreitadas de Rectificação e Pavimentação da EM 509 – Nogueira do Cravo/ Aldeia de Nogueira/ Oliveira do Hospital e de Beneficiação da estrada Aldeia das Dez/ Vale Maceira e Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal, através do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, e para execução da empreitada Rectificação e Pavimentação da EM 507 e EM 507-1 – ER 230/ Limite do Concelho/ Pólo Industrial de Seixo da Beira, através do dito empréstimo contraído pelo Município. Questionou ainda o senhor Presidente da Câmara relativamente à possível criação do Centro Educativo de Nogueira do Cravo, ou seja, se se trata de uma construção de raiz, ou se se trata de uma adaptação e ampliação da actual escola do 1º CEB. Lembrou ainda que nunca tinha colocado em causa a construção das piscinas de apoio à EBI da Cordinha, considerando no entanto que, “neste momento, é mais importante uma verdadeira piscina coberta na cidade de Oliveira do Hospital, dada a população que serve, do que uma piscina de apoio à EBI da Cordinha, onde todos sabemos que existe um número de utentes muito limitado. Ou seja, servirá a população escolar e, eventualmente, se assim for, a população que está reduzida às freguesias de Ervedal da Beira, Seixo da Beira e Vila Franca da Beira, e ainda uma parte da população da freguesia de Travanca de Lagos”. Entende assim ser mais importante apostar na construção de uma piscina coberta semi-olímpica, na cidade de Oliveira do Hospital, uma vez que as Piscinas Municipais, já não correspondem às necessidades desportivas da actual população juvenil do concelho de Oliveira do Hospital. Referiu-se ainda à dotação de 25.000 euros inscritos destinados ao Centro de Dia de São Gião, questionando o senhor Presidente da Câmara relativamente ao seu objectivo, uma vez que o projecto já foi elaborado estando orçamentado em cerca de 300.000 euros, sublinhando que “25.000 euros é para nada”. Dirigindo-se ao Vereador José Francisco Rolo questionou igualmente “então e o Lar Sarah Beirão, 200.000 euros são para quê? Para nada também. Toda a gente sabe quanto custa. No mínimo, um milhão de euros, pelo que não vale a pena criar ilusões, quando sabemos que o orçamento necessário para a sua execução ultrapassa o valor actualmente inscrito”. Fez igualmente referência à inscrição em receita do dinheiro resultante da doação por testamento do Prof. Dr. Virgílio Hall da Fonseca ao Município de Oliveira do Hospital, verificando no entanto que não foi inscrito qualquer projecto para dar andamento a esta receita. Entende assim que também se justificava que o projecto de construção da valência social para que foi doado o referido legado fosse inscrito em simultâneo. Referiu-se ainda à inscrição de novos investimentos destinados à elaboração da Carta Social, referindo desconhecer a razão da sua inscrição, uma vez que aquele documento se encontra praticamente concluído. No que concerne à verba inscrita em Plano destinada à construção e equipamento da Extensão de Saúde de Avô, lembrou que tem de ser corrigida por força do compromisso assumido via Contrato-Programa com a ARS – Administração Regional de Saúde do Centro – IP, em que a Câmara Municipal assumiu o lançamento da empreitada e a construção do respectivo edifício, entendendo assim que a referida verba não pode figurar no Plano como apoio, mas sim como obra a realizar pela autarquia tendo em vista a apresentação de uma futura candidatura a fundos comunitários. Quanto à verba inscrita para criação da Agência para o Desenvolvimento do Investimento nos Vales do Alva e Alvôco, questionou o Presidente da Câmara relativamente aos seus fins e parceiros, por considerar que a autarquia deveria era investir e explorar a agência já existente, dando-lhe novas abrangências e novas competências. Sobre a verba prevista para criação do Museu do Arguina e da Arte da Pedra, questionou o Presidente da Câmara relativamente à intenção do executivo face à existência desta obra, ou seja, onde é que a pretende instalar. Referiu-se também à verba inscrita com vista à criação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

de um Parque de Desportos Radicais, sugerindo à Câmara Municipal que efectue um levantamento dos jovens que praticam desportos radicais na cidade, a fim de averiguar se se justifica ou não a sua existência, para que de futuro não aconteça o mesmo que aconteceu à pista de rádio modelismo criada há uns anos num terreno sito na Zona Industrial de Oliveira, e que hoje não tem qualquer tipo de utilização. Fez também referência ao peso do montante afecto à rede viária, lembrando que o executivo anterior sempre foi criticado pelos valores afectos a esta rubrica, salientando que “entretanto, actualmente temos afectos à rede viária 7 milhões de euros, incluindo 500.000 euros, tendo em vista a celebração de protocolos dentro desta área”. Aconselhou no entanto o Presidente da Câmara a aplicar lama asfáltica na estrada “Oliveira do Hospital/Pinheiro dos Abraços/Travanca de Lagos”, e “Pinheiro dos Abraços/Bobadela”, na estrada “Oliveira do Hospital/Catraia de São Paio/ligação à EN 17”, na estrada “Oliveira do Hospital/São Paio de Gramaços/ligação à EN 17”, na estrada “Ligação da EN 17/Penalva de Alva/Ponte das Três Entradas”, e na estrada “Ponte das Três Entradas/Aldeia das Dez” por se tratarem de vias que foram requalificadas e que necessitam de se manter conservadas, a fim de evitar a sua completa degradação. Quanto à intenção de criação de um Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, questionou o Presidente da Câmara relativamente à área que se pretende ocupar e com que parceiros. Mais referiu que aparece também inscrita em Plano uma verba destinada à CIP - Comissão Intermunicipal do Pinhal, lembrando que não faz sentido que continue em aberto uma vez que esta associação, se ainda não foi extinta irá ser extinta brevemente. Relativamente às GOP's acrescentou o seguinte “eu diria que entre actividades relevantes, e novos projectos, há 17 em relação ao Plano anterior. Sendo que alguns deles não são propriamente investimentos, representando apenas despesa.” Disse ainda ter verificado que, ao contrário do que era feito anteriormente, foi inscrita uma verba específica destinada ao apoio desportivo, nomeadamente para apoio à Associação Desportiva de Lagares da Beira, questionando o Presidente da Câmara relativamente ao que considera mais importante para a freguesia de Lagares da Beira, se requalificar o antigo edifício dos Bombeiros Voluntários que é propriedade da autarquia e que efectivamente necessita de uma intervenção de fundo para instalação de todas as associações existentes naquela vila, ou criar mais umas “gaiolas”, em determinado local. Salientou igualmente que é necessário ter em atenção todos estes pormenores e pensar muito bem antes de concretizar seja o que for. Disse ainda que gostaria também de ver inscrita em Plano a recuperação da sede do Clube Desportivo Vasco da Gama - Seixo da Beira, por considerar que se trata de uma situação de emergência e que deveria ser contemplada, e bem assim a recuperação do telhado da sede da Sociedade Recreativa Ervedalense, situação que também considera ser emergente. Lembrou ainda a necessidade de construção de ramais de saneamento em algumas localidades do concelho, e em sedes de freguesia, em alguns arruamentos onde existem este tipo de problemas. Concluiu referindo que o seu colega Vereador Paulo Rocha falará sobre o Orçamento, mas entende que “isto é um Plano de intenções. O Plano de uma Câmara está para uma Câmara como está um PIDDAC para um Governo. E portanto, quando apreciarmos a Conta de Gerência teremos a oportunidade de verificar quais foram as verdadeiras prioridades. No entanto, quero dizer desde já, que apesar de tudo isso eu não vou votar contra o Plano e Orçamento. É necessário dar sinais diferentes na política. Na política tem que se estar como sempre disse, com seriedade, e de forma construtiva. E portanto, tal como já disse, 90% deste Plano faz parte do que já era o Plano anterior, terá cerca de 10% de algo novo. Não será verdadeiramente nova, mas da parte que me toca, e apesar de todas as questões que aqui formulei vou dar o benefício da dúvida, e voto favoravelmente ao Plano e Orçamento. Na altura certa cá estarei para mais uma vez fazer a minha análise crítica, de forma construtiva, e dizer onde é que o executivo em permanência falhou na realização deste Plano e Orçamento.” -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Paulo Rocha tomando uso da palavra referiu aceitar o pedido de desculpas formulado pelo Presidente da Câmara relativamente à entrega da documentação em análise na presente reunião. Dirigindo-se ao Vereador José Francisco Rolo, e em tom de reparo, referiu o seguinte “no vosso caso, que tomaram posse no passado dia 2 de Novembro, há certamente alguma compreensão que deve ser ainda mais perceptível no que diz respeito a esta questão, mas pode ser que o senhor vereador perceba agora aquilo que tanto criticou no passado. É que por vezes, mesmo que com muita vontade própria não é fácil conseguirmos entregar toda a documentação dentro dos prazos estabelecidos para o efeito. E portanto, deixo ficar-lhe esta nota, até porque muitas vezes fui visado em relação a estas questões no mandato anterior”. No que diz respeito à análise efectuada ao Orçamento, chamou a atenção para o facto de ter verificado que nas alterações efectuadas entretanto pelo executivo em permanência a algumas rubricas introduzidas no mesmo, se juntaram despesas de capital com despesas correntes, lembrando que em termos contabilísticos é um procedimento que não deve ser feito. Após ter confirmado de que foi inscrita uma rubrica referente à totalidade da receita do legado do Prof. Virgílio Hall da Fonseca, referiu considerar que faria todo o sentido de que a execução do projecto também fosse inscrito em Plano para que assim haja algum equilíbrio financeiro. Prosseguiu tecendo algumas considerações relativamente à inscrição de algumas rubricas, nomeadamente para projectos comparticipados, ou seja, rubricas relacionadas com o QCA III – Quadro Comunitário de Apoio III, que como é do conhecimento dos senhores vereadores já terá sido extinto, não fazendo assim sentido de que continue em aberto.-----

-----O Vereador José Francisco Rolo contrapôs, lembrando que o Vereador Mário Alves, em reunião de transição de mandato, referiu que ainda há uma verba cativa QCA III - FEDER em *ouverbooking* relativa à Biblioteca - Junta de Freguesia de Penalva de Alva, assim como também referiu no mandato anterior de que ainda havia algumas verbas do QCA II que poderiam ser recuperadas através da CCRC.-----

-----Situações que o Vereador Mário Alves explicou.-----

-----O Vereador Paulo Rocha prosseguiu referindo que na rubrica – Ministério da Cultura – Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas, está inscrita uma verba de 25.000 euros como receita, lembrando de que existe um protocolo de intenção celebrado no ano de 2004 com aquela entidade para a construção da Biblioteca Municipal, sugerindo que a autarquia se inteirasse junto da mesma a fim de averiguar se no próximo ano haverá alguma disponibilidade para apoiar aquela obra. Fez ainda referência a algumas verbas inscritas na rubrica “Outras/Diversas” sublinhando que “é obvio que para contrapor as dotações dos projectos e das actividades mais relevantes inscritas nas GOP’s é necessário inscrever receita, e portanto opta-se para não estar a inflacionar os valores que à partida são inimagináveis em termos de recebimento, opta-se por uma rubrica designada por “Outras”. Ou seja, aquilo que agora foi feito pelo executivo em permanência será feito também por quem estiver de futuro, à semelhança do que também foi feito no passado. Mas quem fez no passado foi criticado. Mas todos sabemos que é assim.” Disse ainda que “a execução do vosso Plano e Orçamento será sensivelmente de metade, ou seja, cerca de 50%, daquilo que têm previsto, e depois inscrevê-las porque estamos a ser incoerentes. E portanto, na altura isto era explicado sucessivamente nos vários Planos e Orçamentos, as críticas continuavam a ser feitas. E afinal, aquilo a que agora assistimos é uma continuidade, porque tem que ser assim. Esta é a mecânica. E agora, para quem criticou a postura do executivo anterior relativamente a estas questões, vê-se na situação de ter que o defender, porque é assim que tem que ser. Não há volta a dar.”-----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que no primeiro Plano e Orçamento que teve de elaborar nesta autarquia, teve que introduzir cerca de 1 milhão de contos de dívida, à data, do executivo anterior, e neste momento, o executivo em permanência não tem dívidas a encaixar, mas sim a possibilidade de realização de alguns projectos, o que considera ser diferente.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Paulo Rocha relativamente às GOP's disse ainda ter verificado que estar inscrita uma verba de 250.000 euros para o próximo ano, destinados à via Lagares da Beira/Meruge/Limite do Concelho, questionando o Presidente da Câmara sobre se foi por opção do executivo, ou se, à semelhança do que habitualmente acontecia, há falha de informação entre as Obras Públicas e a Secção de Contabilidade, atendendo a que eram lavrados autos de trabalhos a menos na Secção de Obras e que depois não eram entregues na Contabilidade para que os serviços procedessem em conformidade, julgando no entanto que terá efectivamente a ver com esta última situação. Concluiu declarando entender que relativamente aos documentos em apreço “à semelhança do que referiu o senhor Presidente da Câmara, trata-se de um Plano que na sua essência é de continuidade, tem alguns aspectos novos que decorrem do Programa Eleitoral do partido que saiu vencedor nas Eleições Autárquicas de 11 de Outubro, como é normal que assim aconteça. É de facto o primeiro Plano e Orçamento deste executivo e por esses factores eu irei votar favoravelmente a aprovação destes documentos. Esta é a minha posição”-----

-----Assim, relativamente à proposta apresentada e na sequência da respectiva análise dos pedidos de esclarecimento antes apresentados relativamente aos documentos em apreço, foi pelos Vereadores eleitos pelo Movimento de Cidadãos - **OLIVEIRA DO HOSPITAL SEMPRE** apresentada a sua posição sobre o assunto e que a seguir se transcreve na íntegra:-----

-----“Após uma análise dos documentos relacionados com as Grandes Opções do Plano e do Orçamento os vereadores eleitos pelo Movimento de Cidadãos – OLIVEIRA DO HOSPITAL SEMPRE decidiram votar favoravelmente já que os mesmos contém um conjunto de projectos fundamentais para o desenvolvimento do Concelho e a qualidade de vida dos seus habitantes. -----

-----No entanto, verificamos que a grande maioria destes projectos já foi inserida nos Planos e Orçamentos anteriores não tendo sido, ainda, concretizados. Esperamos que o actual Executivo tenha capacidade de os levar a efeito. -----

-----Relativamente às novas propostas o actual Executivo deveria ser mais ambicioso embora reconheçamos que os tempos que vivemos não são os mais favoráveis.” -----

-----Na sequência das intervenções dos senhores vereadores, o Vereador José Francisco Rolo referindo que com todo o respeito pelas opiniões vertidas, salientou que “de facto como princípio norteador, este Plano é um documento de compromisso, e teria de ser um Plano forçosamente de compromisso. De compromisso político, e de compromisso financeiro, como disse o senhor Presidente da Câmara.” Disse ainda que “o Município é uma entidade de bem, todos nós somos pessoas de bem, há uma série de compromissos assumidos, quer em termos de obras adjudicadas, quer em termos de obras em execução, que têm que ser desenvolvidas e concluídas financeiramente, condicionando e comprometendo, naturalmente, o actual Plano.” Referiu igualmente que “por outro lado é também um Plano de compromisso porque resulta de um conjunto de ideias vertidas no nosso Programa Eleitoral, e queríamos deixar sinais no Plano e Orçamento. Particularmente nas GOP's, relativamente às questões da Inovação, da criação de determinado tipo de estruturas como foi o caso da Agência, da descentralização de competências e do apoio à actividade empresarial”. Quanto à formulação do Plano referiu que “naturalmente que eu sou solidário com este Plano e com a montagem deste Plano. Este Plano, não é o “meu Plano individual”. O Plano que eu tenha construído a partir do meu “umbigo”. Porque se assim fosse, e provavelmente que cada um de nós faria isso, punha este Plano a zero. Punha o conta-quilómetros a zero e fá-lo -ia de novo. É impossível é pô-lo a zero, porque há um conjunto de compromissos que vêm do passado, e aos quais temos que dar continuidade. Por isso eu sou solidário com este Plano, e também sei como é que eles se fazem”. Relativamente à questão da verba inscrita para o QCA III, referiu entender que “não estando o QCA III fechado, e se o senhor Presidente da Câmara assim o entender, pode acolher-se a sugestão técnica do Vereador Paulo Rocha”. Referiu-se ainda à dotação de 25.000



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

euros inscritos destinados ao Centro de Dia de São Gião, esclarecendo que “o projecto em causa está sinalizado com aquele valor porque, à semelhança do Lar Sarah Beirão e do Centro de Emergência Social, em Travanca de Lagos, queremos encontrar um modelo de gestão para articular este conjunto de equipamentos, e para os quais temos algumas ideias que certamente traremos para aqui serem debatidas com franqueza, frontalidade e abertura”, salientando que “acho que é possível pôr aqueles dois equipamentos a funcionar e a cumprir a sua função social, envolvendo entidades que vão para além do Município, numa lógica de partilha de responsabilidade”. Relativamente ao Centro de Dia de São Gião informou que o projecto já foi apresentado ao senhor Presidente da Câmara e está sinalizado com uma verba de 25.000 euros. Lembrou igualmente, que do que pôde verificar, através do Plano de Investimentos da Rede das Aldeias de Xisto, há um conjunto de projectos nesta área que também estão sinalizados com verbas, algumas simbólicas, e outras não, e no entanto não há verba materializada, ou contratualizada para que esses projectos, alguns públicos, e outros privados, possam ser desenvolvidos, salientando que 25.000 euros neste projecto sinalizam, sublinhando que “se for necessário fazer uma alteração ao Plano para reforçar a verba a fim de levar por diante este investimento, numa lógica de prestar cuidados e assistência à população idosa daquela área – Alto Vale do Alva, entenda-se aqui Centro de Dia de São Gião, com certeza de que o faremos. No entanto, o mais importante é que o projecto está sinalizado em Plano, assim como esteve durante anos e anos sinalizado em Plano com uma verba residual”. Mais referiu que a Carta Social ainda não foi elaborada, mas que o Diagnóstico Social já foi concluído e entregue no passado mês de Setembro, o qual teve o cuidado de elogiar na primeira reunião da Rede Social. Disse ainda entender que o referido documento poderá servir de base para a elaboração de um novo documento programático que oriente a intervenção do Município na área Social e a forma como se ligará em parceria com as IPSS's, com a Administração Regional, designadamente com o Centro Distrital de Segurança Social e com as responsabilidades que o Ministério do Trabalho da Solidariedade Social tem nesta área. Entende assim que o Município precisa de um documento que organize a sua actuação na área social, servindo de base à elaboração da Carta Social. Referiu igualmente que a Carta Social está sinalizada com uma verba de 10.000 euros, valor que considera ser apenas de referência uma vez que o seu custo poderá ser superior ou inferior. Quanto à Extensão de Saúde de Avô referiu que, pese embora a eventual má classificação económica do projecto, foi aprovada a minuta do Acordo de Colaboração a celebrar entre a ARS – Administração Regional de Saúde do Centro, e o Município de Oliveira do Hospital, desconhecendo se o mesmo já foi ou não subscrito. Salientou ainda que, aquilo que foi dito aquando da sua aprovação, é que o projecto iria ser feito em parceria entre o Município e a ARS, e candidatado ao QREN – Programa Operacional para a Região Centro, ficando condicionado à disponibilização de verbas em sede de PIDDAC para a contrapartida Nacional. Esclareceu ainda que o registo em Plano da verba destinada à Extensão de Saúde de Avô se deve ao facto dos arranjos exteriores e os acessos da mesma serem da responsabilidade do Município de Oliveira do Hospital, tal como consta do referido Acordo de Colaboração. Sobre a criação do Museu do Arguina e da arte da Pedra, explicou tratar-se de um projecto que “resulta de uma intenção manifestada pela Junta de Freguesia de Santa Ovaia e de um trabalho de levantamento do espólio e cultura ligada aos Arguinas do concelho”. Salientou ainda que “é um projecto que, neste momento, ainda não tem localização definida, mas que há uma vontade muito grande por parte daquela Junta de Freguesia em avançar com o projecto”. Disse igualmente que a marca turística e cultural “Arguina”, é muito forte em várias freguesias do concelho, sublinhando que “por esta razão pode ser um projecto polinucleado desenvolvido faseadamente, envolvendo vários núcleos, porque é uma tradição de várias freguesias do concelho”. Esclareceu ainda que se trata de um projecto também sinalizado em Plano com uma verba de 50.000 euros. Relativamente à verba prevista para criação de um Parque de Desportos Radicais,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

esclareceu que não se trata de uma “moda”, mas sim de uma cultura da actividade física. Sublinhou ainda que “os Parques de Desportos Radicais vieram para ficar. Não são rádio modelismo. Estamos a falar de um parque que tem apenas algumas estruturas para que um conjunto de jovens possa desenvolver actividades de lazer e tempos livres numa actividade que, curiosamente, tem vindo a crescer desde os anos 70. Para a juventude podemos assumi-lo como um micro projecto âncora, e não é isto que condiciona o Plano”. Dirigindo-se ao Vereador Mário Alves, concluiu referindo que “porque fez referência ao meu nome, naturalmente que nas circunstâncias e no trabalho do levantamento efectuado, a rede viária tinha que pesar e ficar com a parte de “leão” do Plano e Orçamento”.

-----A Vereadora Maria da Graça Silva, tomando uso da palavra referiu que, no que diz respeito à criação do Parque de Desportos Radicais, há também a intenção de incluir naquele espaço a rampa de skate existente no Parque Infantil anexo à Escola do 1º CEB de Oliveira do Hospital, uma vez que as crianças daquela valência, neste momento, estão privadas de o frequentar devido à sua existência.

-----Ainda sobre o assunto, o Presidente da Câmara referiu que os documentos em apreço possam efectivamente ter algumas omissões, admitindo que “até por algum desconhecimento técnico”. Declarou ainda que “por falta desse domínio, tenho que ter essa humildade. Estou habituado a ouvir os outros, e estou habituado a ser capaz de reconhecer quando as “coisas” correm menos bem.” Referiu no entanto tratar-se de um documento elaborado tendo por base o Plano e Orçamento do ano anterior e que, à semelhança do que referiu inicialmente, os valores que neste momento se encontram inscritos são muito semelhantes aos que constavam do documento anterior, apenas “com pequenas diferenças e pequenas subidas”. Referiu igualmente concordar com o Vereador Mário Alves quando este diz que “o plano vale o que vale”, salientando que “quer queiramos, quer não, este Plano é sobretudo um conjunto de intenções plasmadas num documento que permita ao Município concretizar algumas obras”. Prosseguiu referindo que “este Plano também não podia ser um Plano de grande ambição, ou de grande rotura, uma vez que todos têm consciência de que “os números são o que são”, e que é necessário ter algum cuidado na escolha das prioridades”. Lembrou igualmente de que há um conjunto de obras deixadas pelo anterior executivo que necessitam de ser concluídas, quer fisicamente, quer financeiramente e que, devido a outras questões que ficaram pendentes, desconhece ainda o seu custo final, salientando que “também estou preocupado, porque se o Prof. Mário Alves tinha uma gestão rigorosa, eu também gostaria de a ter, e gostaria de a fazer, porque eu quero que o Município continue a honrar os seus compromissos e a fazer os seus pagamentos, como até agora. É um princípio que eu vou adoptar, e isso é fundamental. E como neste momento não tenho a plena consciência do que pode vir, tenho que ter algumas reservas relativamente ao lançamento de algumas obras”. Disse ainda ter consciência de que “há um conjunto de projectos que se encontram lançados em Plano para estarem sinalizados à espera de oportunidades, assim como outros que foram sinalizados na convicção de que efectivamente conseguirá apoio governamental para a sua concretização”. Salientou ainda de que não é contra a execução das vias de comunicação lançadas recentemente pelo executivo anterior, mas devido a algumas condições impostas pelo traçado IC 37, tem hoje algumas reservas quanto à execução da empreitada Rectificação e Pavimentação da EM 507 e EM 507-1 – ER 230/ Limite do Concelho/ Pólo Industrial de Seixo da Beira. Disse no entanto tratar-se de obras cujo lançamento foi muito próximo e que, independentemente do empréstimo contraído para a sua execução, o actual executivo herdou as participações, mas também herdou as dívidas, salientando que “gostaria que este Município continue a honrar os seus compromissos como sempre, mas perante este quadro é o que é possível”. Relativamente ao Centro Educativo de Nogueira do Cravo referiu reconhecer que nada pode fazer enquanto não for feita uma revisão à Carta Escolar. Considera no entanto que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

só após a elaboração daquele documento é que se poderá aferir se é necessário ou não construir um edifício de raiz, ou se há condições para o aproveitamento do actual equipamento escolar, sendo no entanto um assunto que a seu tempo trará a discussão na Câmara Municipal. Referiu igualmente reconhecer que as Piscinas Municipais necessitam de uma intervenção de fundo a curto prazo, situação que no seu entender poderá ser remediada, mas considera que, neste momento, o concelho de Oliveira do Hospital precisa é de um salão multiusos onde possa realizar um conjunto de actividades, ou até mesmo um complexo desportivo que reúna todos os equipamentos necessários à prática de desporto. Contudo reconhece que o Município de Oliveira do Hospital, nesta fase, não tem capacidade financeira para realizar estas obras sem qualquer tipo de apoio governamental, esclarecendo de que foi por essa razão que agendou uma reunião com o Senhor Secretário de Estado. Disse igualmente entender que a população da Cordinha merece efectivamente a construção de uma piscina que sirva de apoio, quer às crianças, quer a toda a comunidade daquela zona, à semelhança do que tem sido feito com o Pavilhão Desportivo da Escola Básica Integrada da Cordinha, lembrando que é sua intenção convidar o Ministério da Educação a comparticipar o referido equipamento, tendo em conta a sua ligação àquela escola e por entender que não deve ser apenas o Município de Oliveira do Hospital a suportar essa despesa. Reconheceu igualmente que a sede do Grupo Desportivo Vasco da Gama necessita de uma intervenção de fundo, lembrando no entanto que aquele edifício já se mantém assim há alguns anos. Quanto ao Centro de Investigação Tecnológica informou que na próxima reunião trará para análise do executivo a minuta de um Protocolo a celebrar entre a Universidade de Coimbra e o Município de Oliveira do Hospital, tendo como objectivo a criação de um grupo de investigação de novas iniciativas empresariais, de elevado potencial, que possam vir a revolucionar o futuro empresarial do concelho de Oliveira do Hospital. Disse ainda desconhecer quais as áreas que irá abranger mas, à semelhança do que foi feito no Município de Cantanhede, irá aguardar pelo seu desenvolvimento, pois acredita que “é por aí que passam os negócios de futuro”. Fez ainda referência à possibilidade de um grupo de investigadores da Universidade de Coimbra, ligados a um projecto Nacional e Internacional do Estudo sobre a Educação ser sediado em Oliveira do Hospital, sob a responsabilidade daquela Universidade. Referiu-se igualmente ao Complexo Desportivo de Lagares da Beira, concordando com a necessidade de intervir nas antigas instalações dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira. Disse no entanto que “para já não é possível”. Salientou ainda que, nessa perspectiva, a intervenção naquelas instalações provavelmente também já eram prioritárias aquando da instalação do relvado sintético no Campo de Futebol de Nogueira do Cravo, uma vez que o edifício em causa se mantém naquelas condições há já alguns anos. Mais referiu que “o senhor Prof. Mário Alves na altura entendeu que não, e eu agora também sou capaz de achar que é necessário e prioritário apoiar o Grupo Desportivo de Lagares da Beira, à semelhança do que foi feito com o Grupo Desportivo de Nogueira do Cravo”. Disse igualmente ter concordado com aquele investimento, assim como também concorda que se apoie o Grupo Desportivo de Lagares da Beira, usando o mesmo princípio que se aplicou em Nogueira do Cravo, por considerar que se trata de um núcleo importante em termos de Futebol 11. Defende no entanto que em termos de investimento financeiro se deve gastar menos, executando uma obra mais pequena. Concluiu fazendo referência ao valor inscrito para as vias de comunicação, reconhecendo de que efectivamente se trata de um valor bastante elevado. Explicou tratar-se de uma situação que foi previamente ponderada pelos membros do executivo em permanência, que entenderam por bem incluir nesta rubrica uma verba destinada ao apoio destas autarquias, promovendo assim a sua descentralização. Sobre a Agência de Desenvolvimento para o Investimento nos Vale do Alva e Alvôco explicou que a sua intenção não é criar um conjunto de empresas municipalizadas, mas sim uma entidade que se preocupe especificamente com a definição de uma estratégia turística para a região, e sobre a qual tem vindo a encetar alguns contactos com o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Município de Seia, tendo em vista a criação de uma parceria para o efeito. Referiu-se ainda à necessidade de a curto prazo a Câmara Municipal resolver a questão da Central de Camionagem, não descurando a hipótese de vir a associar o espaço do Mercado Municipal a este equipamento. Concluiu referindo que na sua opinião o Município de Oliveira do Hospital tem, neste momento, as seguintes prioridades para resolver, a Central de Camionagem, o envolvimento do Mercado Municipal num conjunto de ideias novas, a renovação do Estaleiro Municipal, e a colocação dos Lotes da Zona Industrial à venda, salientando que “estes são os desafios centrais do Município para o ano de 2010”. Declarou ainda que “somos realistas, não é uma questão de ser muito ou pouco ambicioso, mas sim uma questão de prioridades perante o quadro financeiro da autarquia. E desejo que efectivamente tenhamos capacidade para lutar por isto”. -----

-----O Vereador Mário Alves tomando uso da palavra disse ter verificado a existência de uma divergência de opiniões entre o Vice-Presidente e o Presidente da Câmara no que diz respeito às vias de comunicação, salientando que “o senhor Vice-presidente na sua intervenção referiu que não podia pôr o Plano a zero. Porque se o pudesse fazer seria construído um Plano diferente”. Referiu ainda que assim ficou a perceber que as vias são importantes. -----

-----Ao que o Vereador José Francisco Rolo referiu “eu não disse nada disso”, tendo o Vereador Mário Alves sublinhado que “se não disse, é fácil, está gravado, puxamos a gravação atrás e vamos ouvir se falou ou não na questão do Plano a zero”. -----

-----O Vereador Mário Alves prosseguiu referindo que “o senhor vereador falou ainda na questão do apoio à actividade empresarial. Mantiveram exactamente o que nós tínhamos no Plano. Não há lá nenhuma ideia nova. Não venham cá com tretas. Porque a política não é feita de tretas. Não há lá nenhuma ideia nova no que diz respeito à questão do apoio à actividade empresarial. O que está no Plano é aquilo que nós tínhamos”. Quanto à Carta Social e à questão de ser um Diagnóstico, lembrou de que efectivamente o trabalho mais importante e difícil já está feito. Salientou ainda que a parte final é a parte mais fácil de realizar, pelo que entende que só vai ao encontro daquilo que sempre disse, ou seja “de que é uma forma de alguém receber por fazer uma coisa que é “chapa vinte e quatro”. Sobre a Extensão de Saúde de Avô lembrou que já existia uma proposta de protocolo em que a ARS assumia, independentemente da candidatura ser ou não aprovada, um compromisso até ao montante de 90.000 euros através de verba inscrita em PIDDAC. Relativamente à criação de um Museu com vários pólos referiu que “num concelho como Oliveira do Hospital, isso não é nada”, salientando que “os senhores têm é que dizer claramente, onde é que pretendem instalar o Museu. É em Santa Ovaia, ou em Nogueira do Cravo? E em que condições? Vão fazer um edifício de raiz ou vão aproveitar algo que já existe?” Afirmou ainda que “isto é que é importante. É falar com seriedade nesta questão da política.” Sobre o Parque de Desportos Radicais referiu-se à intervenção da Vereadora Maria da Graça Silva, negando o facto das crianças estarem privadas de frequentar o Parque Infantil devido à existência da rampa, salientando que “as crianças sempre utilizaram aquele parque”. Referiu assim entender que se trata apenas de um pretexto para que a rampa seja retirada daquele local, e que nada tem a ver com a utilização diária do Parque Infantil em causa. Disse no entanto manter a ideia de que se trata apenas de uma questão de “moda”. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara e no que diz respeito à criação de um Centro de Investigação Tecnológica, lembrou que o projecto levado a cabo pelo Município de Cantanhede tem sido inteiramente suportado por aquela autarquia, porque o Governo não tem assumido qualquer responsabilidade no seu funcionamento. Disse ainda entender que existindo a ESTGOH, e a haver o referido protocolo teria lógica que o mesmo fosse celebrado com o IPC – Instituto Politécnico de Coimbra, e não com a Universidade de Coimbra, para dar sustentabilidade e nome à própria escola, sendo no entanto um assunto que analisará aquando da apresentação da respectiva proposta para dizer o que pensa sobre essa matéria. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara referiu ainda que “o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

senhor Presidente, em algumas questões, falou de “dívida”. Eu volto a dizer, o senhor não tem “dívida”, o senhor tem obra para realizar e para pagar. Tem compromissos ao nível da obra e não ao nível da dívida. E relativamente a “dívida”, não tem “dívida”, tem é verbas para receber referente a à execução de alguns projectos”. Disse ainda manter a sua posição no que concerne à construção de uma Piscina de apoio à EBI da Cordinha, por considerar que não se pode apenas pensar em criar infra-estruturas mas sim em como é que se vão sustentar daqui por algum tempo. Relativamente à criação de uma Agência de Desenvolvimento para o Investimento nos Vale do Alva e Alvôco, referiu ainda entender que a Câmara Municipal não pode pensar só na promoção do Vale do Alva, mas sim em todo o concelho. Concluiu salientando que “não pode é ficar aqui a ideia de que o senhor tem “dívida”. Tem é, obras a realizar!”. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara declarou o seguinte “senhor vereador Mário Alves, eu sei que vai ser difícil, mas como Presidente da Câmara tenho também o direito de ambicionar e de achar que fomos discriminados durante muito tempo em diversas questões, e assim entender que o Governo Central também deve alguma solidariedade em relação a estes concelhos do interior. Não quero só para mim.” Disse ainda que “como sou novo nisto, daqui por uns tempos até posso dar-me como vencido. Mas, nesta fase, ainda estou com muito entusiasmo e iniciativa em levar isto para a frente.” -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que não falou na intenção de retirar ao senhor Presidente, nem o entusiasmo, nem a iniciativa porque, como referiu, entende “que tudo aquilo que vier, por muito pouco que seja será sempre muito bom”. -----

-----O Vereador Paulo Rocha, tomando uso da palavra, referiu que, quer o senhor Presidente, quer o senhor Vereador José Francisco Rolo, nas suas intervenções, mencionaram que “o projecto de construção do Centro de Dia de São Gião anda há anos e anos no Plano”, lembrando que “desde que foi alterada a forma de elaboração dos Planos, é possível identificar qual o ano de inscrição dos projectos”, tendo informado que o projecto em causa apenas foi inscrito no ano de 2008. Relativamente ao Museu do Arguina lembrou que apenas há duas freguesias, e não várias como foi referido, com grande história nesta matéria, ou seja, as freguesias de Santa Ovaia e de Nogueira do Cravo, pelo que sugere que se tente encontrar uma localização que não prejudique nem uma, nem outra. Relativamente à verba destinada à descentralização das Juntas de Freguesia no que concerne às vias de comunicação, referiu que aquilo que mais o preocupa é “este dinheiro ser dado, e a Câmara Municipal, no futuro, ter que refazer aquilo que for mal feito”, lembrando que as Juntas de Freguesia não têm recursos para acompanhar determinado tipo de investimentos. Lembrou no entanto que, para além do apoio financeiro, sairá também desta autarquia o apoio técnico, sem o qual as Juntas de Freguesia não terão condições para desenvolver determinados projectos. Relativamente ao projecto de parceria a levar efeito com a Universidade de Coimbra, lembrou que já existe ao nível do país um Centro de Investigação Tecnológica para o Vestuário, que é o CITEF, e que também poderá vir a ser parceiro com aquela Universidade nessa matéria. Sobre a Agência de Desenvolvimento para o Investimento nos Vale do Alva e Alvôco referiu partilhar da opinião do Vereador Mário Alves, por considerar que “existindo uma Agência que já tem o Município de Oliveira do Hospital associado, e que também integra o Alva, seria mais fácil efectuar uma alteração aos seus Estatutos e proceder ao alargamento do seu âmbito de actuação”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu-se ainda à ESTGOH, dando conta de que também pretende inclui-la como parceira neste projecto com a Universidade de Coimbra, sublinhando que a Escola nunca poderia ser afastada desta iniciativa. Concluiu esclarecendo as razões que o levam a falar em “dívida”, esclarecimento que foi objecto de algumas considerações por parte do Vereador Mário Alves. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador José Carlos Mendes, tomando uso da palavra, referiu-se ao Lar de Idosos de Travanca de Lagos e ao Centro de Dia de São Gião, defendendo a postura expressa pelo Vereador José Francisco Rolo, salientando a necessidade de se encontrarem alternativas no que diz respeito à gestão daqueles espaços, por considerar que a Câmara Municipal não está vocacionada para gerir aqueles equipamentos. Entende assim que, se a autarquia encontrar essas alternativas, o esforço financeiro da Câmara Municipal será inferior. No que diz respeito ao Parque de Desportos Radicais disse verificar que, nomeadamente a prática do Skate, tem vindo a aumentar ao longo dos anos no concelho de Oliveira do Hospital, pelo que entende ser relevante a sua inclusão no Plano. -----

-----A Vereadora Maria da Graça Silva, esclareceu o seguinte “eu reuni com um grupo de jovens que pratica Skate no sentido de que apresentem, a curto prazo, uma sugestão para a colocação da rampa. Entretanto foi-nos sugerido que a Câmara Municipal retirasse a rampa daquele espaço o mais rápido possível, pelo motivo que apresentei. Que não é mentira. É verdade. Eu visitei o espaço e esta tomada de decisão dos meninos não frequentarem o Parque Infantil, nem foi comigo. Foi a Prof. Fátima Antunes que tomou essa decisão juntamente com o Arquitecto Carlos Santos e a Prof. Graça Loureiro, a Coordenadora do Centro Educativo.” Afirmou ainda que “portanto, eu não vinha para aqui dizer mentiras, e quando digo as coisas, parto sempre de princípio que as outras pessoas também não o farão”. Salientou igualmente que “a minha preocupação são de facto os mais pequeninos que têm ali aquele espaço e que não o utilizam, sendo também minha preocupação a retirada da rampa”, razão pela qual, como referiu, tem vindo a contactar com jovens para que estes apresentem uma solução que possa ser devidamente equacionada pelo executivo em permanência. --

-----O Vereador Paulo Rocha questionou a Vereadora Maria da Graça Silva sobre se, neste momento, ninguém utiliza o Parque Infantil, ao que aquela responsável informou que “neste momento, nos intervalos, os meninos que frequentam o Centro Escolar não estão a utilizar o parque, devido ao número de alunos que os professores e auxiliares dizem não conseguir controlar”, situação que como referiu poderá ser confirmada junto da Prof. Fátima Antunes. -----

-----O Vereador Paulo Rocha questionou igualmente a Vereadora Maria da Graça Silva relativamente à razão porque as crianças não podem frequentar aquele espaço, tendo aquela responsável informado que se deve “ao risco que a rampa oferece às crianças que se penduram nela”, lembrando que são cerca de 200 alunos que frequentam a escola, pelo que é muito difícil controlar a situação dentro daquele recinto. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu-se à Casa dos Magistrados dando conta de que teve conhecimento que aquele edifício está registado como propriedade da Câmara Municipal. Tendo no entanto verificado que se mantém uma verba inscrita em Plano para a sua aquisição não concorda que esta se mantenha, uma vez que as obras de requalificação para a Biblioteca Municipal já se encontram a decorrer a algum tempo. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que, apesar do edifício estar registado em nome da Câmara Municipal, existem algumas questões relacionadas com a aquisição do mesmo que ainda não foram bem clarificadas entre o Ministério da Justiça e o Município de Oliveira do Hospital. Situação que foi devidamente explicada pelo Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, por se tratar de um processo administrativo do seu conhecimento. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo começou por referir que não iria aqui evocar questões de seriedade. Prosseguiu fazendo referência ao Museu do Arguina tendo esclarecido, que a explicação que deu anteriormente não compromete em definitivo qualquer solução para o Museu. Salientou ainda que “decorre apenas de algum conhecimento técnico e profissional que tive com alguns Museus que conheci”. Mais referiu que a “a noção de Museu polinucleado é perfeitamente adaptável à solução, porque havendo duas ou mais freguesias que possam ter vestígios da cultura dos Arguinas, é justo e ilícito que possam existir esses núcleos. À semelhança do que é feito no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Ecomuseu do Sal, na Figueira do Foz, que cobre várias freguesias”. Explicou igualmente que “hoje o turismo, e também o turismo cultural, é turismo de itinerância, de volta. Não é levar as pessoas ao local e fixá-las lá. É turismo de circuito. Daí o uso da minha expressão, polinucleado. Até porque, quando pensei neste projecto, ou seja, incluir um Museu da Pedra, situado em Oliveira do Hospital, é integrá-lo em Redes Nacionais, nomeadamente com todos os núcleos museológicos do Alentejo que estão ligados à exploração do mármore na zona de Vila Viçosa e seus concelhos limítrofes. Integrá-los em Redes Nacionais, à semelhança daquilo que foi minha vontade durante muito tempo e que é requalificar o Museu Municipal Dr. António Simões Saraiva e integrá-lo na Rede Nacional de Museus. Esta é a concepção que tenho de forma livre, aberta e transparente, e que assumo aqui, isso sim, com toda a seriedade, sem querer dar lições a ninguém porque não tenho nada para ensinar. Tenho é ideias para partilhar, e discutir. E quando tiver condições de as levar por diante, muito bem. Quando não tiver, submeto-me ao normal e digno sufrágio do voto.”-----

-----O Presidente da Câmara concluiu agradecendo a todos os seus contributos. Reconheceu no entanto existir ainda alguma inexperiência, quer da sua parte, quer da parte da sua equipa na elaboração destes documentos, razão pela qual admite terem existido algumas falhas. Disse ainda que “este Plano e Orçamento é sobretudo um documento de continuidade, e por isso fico contente com esta discussão. Acho que é para partilhar ideias que todos nós aqui estamos, cada um com as suas visões antagónicas, mas isso é que é democracia.” Mais referiu que “eu tenho a sensibilidade de ouvir e entender que, independentemente de onde venham as ideias, se forem para bem do concelho, aceitá-las-ei aqui humildemente. E esta será sempre a minha postura durante o próximo mandato”. Sublinhou ainda que “poderá por vezes parecer uma postura de humildade, mas não tem a ver com isso. Logicamente que lutarei pelas minhas ideias e pelo meu Programa, mas isso não fará com que deixe de ouvir as pessoas, e até mesmo de recolher ideias, como aconteceu hoje aqui.”

-----**Submetido o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2010/2013 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2010 e a proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artº 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 3 de Setembro e nos termos do nº 2, do artº 4º da lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento.**-----

-----**Mais deliberou, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção, submeter aqueles documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.**-----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no nº 3 do artigo 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente acta em minuta.-----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963.-----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, pelas **dezanove horas**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 3 de Dezembro de 2009 -----

**Presidente**

\_\_\_\_\_

**Vereadores**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DE 3  
DE DEZEMBRO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**